

# **MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS DO CAMPO-TO**

Rejane C.Medeiros de Almeida  
Universidade Federal do Tocantins  
[rejmedeiros@uft.edu.br](mailto:rejmedeiros@uft.edu.br)

## **RESUMO**

Este artigo busca refletir sobre a formação de educadores/as do campo em Tocantins, a partir do ano de 2010. A experiência ocorreu no curso de especialização no programa Projovem Campo Saberes da Terra, desenvolvido por docentes de Universidade Federal do Tocantins- campus de Tocantinópolis, no qual 116 professores do Estado estudou temáticas sobre: a juventude camponesa, envolvimento social, políticas públicas, territórios, agricultura familiar e cidadania. Sendo esta a primeira turma. Em dezembro de 2012 dá-se depois de muitas dificuldades, inicio a segunda turma com 60 professores. A metodologia adotada nesta pesquisa é participativa, visto que, estamos inseridos no processo de formação destes professores, no meu caso, como coordenadora de turma e formadora, ministrando aula tempo escola no eixo temático: cidadania, envolvimento social e políticas públicas. A formação de educadores para atuar junto aos jovens entre 18 e 24 anos tem contribuído significativamente para o avanço da educação do campo no Estado, apesar das dificuldades encontradas, tanto estruturais como na efetivação da nova metodologia. Nesse processo de formação de educadores tem-se a proposição de um novo percurso formativo baseado na alternância que apresenta na sua construção metodológica e como diretrizes um fazer voltado para o exercício da política e de um novo olhar sobre o currículo. E como elemento articulador dessa formação tem-se os movimentos sociais, que com sua experiência política contribuem para novas práticas educativas junto aos educadores/as do Campo. Quanto aos resultados da pesquisa, apresentar-se-á considerações sobre o programa e a formação de professores. Um dado importante é que o Estado conta apenas com dez turmas de alunos. E os professores que receberam formação da primeira turma foram na sua maioria dispensados, uma vez que eram contratados para ministrar aulas em assentamentos e povoados.

Palavras-chaves: Percurso formativo de educadores do Campo; Projovem Campo Saberes da Terra; Movimentos Sociais.

## **INTRODUÇÃO: Um pouco de tanta história**

Em 2009 A Universidade Federal do Tocantins (UFT) apresenta-se como parceira no projeto do Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade no Estado do Tocantins, ministrado aos/às Educadores/as e Coordenadores/as Pedagógicos/as vinculados ao Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nos Municípios do Estado. O Ministério da Educação e Cultura (MEC/SECAD) e a Secretaria do Estado do Tocantins (SEDUC) foram os outros parceiros na formação de 116 professores que atuaram diretamente com os jovens do Campo. O programa foi proposto ao MEC pelos Movimentos Sociais que estiveram presentes cotidianamente na condução do Programa, em que muitas lideranças também são professores. Essa foi a primeira turma do programa, estamos desde dezembro de 2012 na segunda turma com a formação de 60 professores.

Desenvolve-se pesquisa nesse programa, nos encontros modulares, no que diz respeito à formação de educadores do campo em Tocantins, quanto ao tempo escola e tempo comunidade, realizada com os jovens em suas comunidades. A cada módulo, em conjunto com os formadores da Universidade, os professores do Programa elaboram instrumentos para a pesquisa que será desenvolvida com os alunos em tempo comunidade. O resultado é discutido nos módulos seguintes, acerca da realidade desses jovens.

Como práticas de alternância compreendem-se as experiências pedagógicas inovadoras na formação de jovens do campo, que reúnem pequenos agricultores, muitas vezes à margem dos benefícios sociais, na busca por alternativas educacionais que atendam às necessidades e aos desafios colocados pelo momento histórico familiar. A proposição da alternância ocorre no âmbito das relações pedagógicas e visa desenvolver na formação dos agricultores situações de interação entre o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, a práxis, portanto. Assim, a alternância coloca em interação diferentes atores com identidades, preocupações e lógicas também diferentes, agrupando de um lado a escola e a transmissão de saberes e, de outro, a família e a pequena produção agrícola (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008). É com base nessa proposta que se desenvolve a metodologia no curso de especialização do Projovem Campo Saberes da Terra.

Nas seções deste artigo, apresentam-se a proposta do percurso formativo dos educadores/as do curso de especialização do Saberes da Terra e a metodologia da alternância. Os eixos temáticos e os círculos epistemológicos, que são os componentes curriculares estruturantes do curso, expressam o foco sobre os quais serão propostas as problemáticas de pesquisa-estudo. Discute-se o papel dos movimentos sociais como protagonistas da educação do campo no Estado do Tocantins, que defendem a educação, por constituir o campo material de resistência às práticas políticas que não identificam a realidade social e cultural desse espaço. E como elemento relevante do processo de luta dos movimentos sociais busca-se refletir o aspecto educativo da luta política por uma educação do campo. Assim como uma reflexão acerca de territórios enquanto espaço de produção de saberes.

Quanto aos resultados da pesquisa, apresentar-se-á considerações sobre os caminhos e descaminhos do programa. Estando atualmente concluindo um plano de trabalho na segunda turma dos saberes da Terra com término previsto para dezembro de 2013. Um dado importante é que o Estado conta apenas com dez turmas de alunos. E os professores que receberam formação da primeira turma foram na sua maioria dispensados, uma vez que eram contratados para ministrar aulas em assentamentos e povoados. E em função da política local, entra e sai professores indicados pelos políticos. Tal programa passa por uma fase de reestruturação, sabendo-se que hoje o MEC e o MDA discutem programas de formação de professores e jovens na perspectiva do PRONACAMPO E PRONATEC.

## **1. Percurso formativo de educadoras/educadores do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra: tempo escola e tempo comunidade**

O percurso formativo do curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento está ancorado na indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão-práxis pedagógica, sintonizando-se com o projeto Político Pedagógico do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, especialmente com a proposta de formação continuada do referido programa. Nesse sentido, é que os eixos temáticos e círculos epistemológicos foram elaborados com base no desenho curricular do Programa (UFT, 2010).

Como marco referencial para este modelo de formação tem-se os princípios da Pedagogia da Alternância, organizando os tempos escola e comunidade. Compõe-se pela abordagem metodológica do eixo temático Levantamento da Realidade, por meio de pesquisa, aulas expositivas dialogadas com a realidade, exibição de filmes, discussão de textos, intervenção na realidade e produção de novas sínteses. A referida abordagem terá como premissa básica o diálogo entre saberes científico e popular (BRASIL, 2006).

Na organização do processo educativo das escolas do campo, há de se buscar princípios e itinerários pedagógicos que orientem o desenvolvimento de processos formativos integrados, articulando áreas de conhecimento, saberes popular e científico, formação humana e profissional, diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos. O objetivo é permitir a superação da fragmentação e descontextualização do currículo, além da afirmação de uma formação escolar crítica e criativa. Nessa perspectiva, é preciso assumir como princípios pedagógicos da escola do campo os seguintes pontos: a formação escolar contextualizada, embasada pelo princípio da indissociabilidade teoria-prática, privilegiando o diálogo entre os saberes científico e popular e a (re)construção contínua do conhecimento; o estímulo aos/às educadores/educandos para a realização de atividades pedagógicas voltadas à problematização, pesquisa e estudo interdisciplinar sobre a realidade – local, regional, nacional e mundial –, tendo como elemento principal a produção familiar e comunitária, suas demandas, desafios e possibilidades; a incorporação da diversidade cultural como elemento educativo e provocação da vivência de novas práticas e valores de solidariedade, cooperação e justiça; o subsídio à intervenção coletiva e sistemática sobre a realidade e a construção de propostas de ação técnico-profissional voltadas à transformação social e melhoria das condições de vida dos povos do campo.

Com base no estudo da realidade imediata e cotidiana e no estabelecimento de relações com elementos não cotidianos que impactam sobre a vida dos povos do campo, propõe-se um processo educativo que possibilite o acesso a diversos saberes e uma reflexão sobre questões de diversas ordens (políticas, históricas, naturais etc.). Articuladamente, eles podem contribuir para uma melhor compreensão e aprendizado sobre a cultura e realidade vivida pelos camponeses localmente, criando reais condições de propor ações técnico-profissionais que ajudem a transformar e melhorar tal realidade (BRASIL, 2009).

Nesse movimento, assumir a pesquisa e o trabalho como princípios educativos significa assumir o compromisso com o desenvolvimento de um processo de

escolarização que seja capaz de estimular atitudes e aprendizagens crítico-reflexivas. O objetivo é provocar entre os indivíduos a construção de saberes escolares por meio da reflexão sobre sua própria existência e sobre o mundo em que vivem, as relações que estabelecem, a cultura em que estão inseridos, o trabalho que desenvolvem. Além disso, alimentar o pensar criativo na construção e desenvolvimento de projetos e ações que envolvam novas práticas sociais, produtivas e culturais, voltados à reinvenção da existência individual e coletiva, bem como formar o hábito da análise crítica, da autoavaliação e avaliação do processo para (re)planejar a ação, continuamente.

## **2. Forma/conteúdo da formação educativa de educadores do campo: eixos temáticos**

Os eixos temáticos e os círculos epistemológicos são os componentes curriculares estruturantes do curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento. Os eixos temáticos expressam o foco sobre os quais serão propostas as problemáticas de pesquisa-estudo, sendo que a busca por responder às questões problematizadas na pesquisa, por elucidá-las e desvelá-las se coloca como referência para: definir as aprendizagens a serem desenvolvidas pelos/as educandos/as; oportunizar o diálogo de saberes e a apropriação de novas aprendizagens pelos/as educandos/as; possibilitar o domínio e a produção de saberes integrados, potencializadores da transformação da realidade por meio de intervenções na realidade; estimular práticas avaliativas significativas no processo formativo. Em síntese, a centralidade do currículo integrado está referenciada nos eixos temáticos.

O eixo temático Poder, Política e Envolvimento Social traz como proposição estudos que compreendam as relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da agricultura familiar – seus problemas e potencialidades culturais nas dimensões de gênero, etnia, geração e de identidade. Compreende também estudos das ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de agricultura familiar e das relações campo-cidade; organizações sociais, relação entre Estado e Sociedade civil, tomando como referência o contexto sócio-histórico, para discussão do conceito de cidadania e princípios dos seguintes componentes: ética; Estado, governo, democracia e suas relações com a legislação (federal, estadual, municipal); trajetória dos movimentos sociais e das organizações sociais e suas

implicações nas definições de políticas públicas; educação no meio rural brasileiro e educação do campo (UFT, 2010).

### **3. Movimentos sociais e o aspecto educativo da luta política por uma educação do campo**

Movimentos sociais são compreendidos como redes sociais complexas. Eles transcendem organizações empiricamente delimitadas e conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social (SCHERER-WARREN, 2006, 2008). As identidades e os conteúdos das lutas podem ser específicos. O emergente Movimento Quilombola é um exemplo de um movimento com referenciais da subordinação histórica de um grupo social – os quilombolas –, por sua condição originária de raça/etnia e de classe, pela identificação étnica (negra) e de classe (camponeses pobres) – a identidade coletiva; para o combate a um legado histórico de colonialismo, racismo e expropriação – o adversário comum; pelo direito à terra comunitária herdada e ao reconhecimento de sua cultura – o projeto de transformação.

Um movimento social existe quando há um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania. Existe também quando há a definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo, bem como a construção de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico.

Para Gohn (2007), movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento.

Pode-se concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para

encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Como exemplos dessas organizações localizadas citem-se núcleos, acampamentos ou assentamentos dos Movimentos Sem Terra, Sem Teto, empreendimentos solidários, associações de bairro etc. Organizações locais também vêm buscando participar de redes nacionais e transnacionais de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No país, em que a modernidade emergente trouxe consigo as evidências de um sistema de desigualdades, que foram projetadas, por forças de conflitos e lutas sociais, no cenário público da sociedade brasileira, a desigualdade social é trazida para o lugar em que a linguagem elabora promessa de futuro. E sua ação se faz visível na sua capacidade de interromper o ciclo da natureza e dar início a um novo começo. Nessa perspectiva, a expressão movimentos sociais diz respeito aos processos não só institucionalizados e aos grupos que desencadeiam as lutas políticas. Ela refere-se também às organizações e aos discursos que fomentam as manifestações e os protestos com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente dos direitos civis, políticos e sociais, as formas de interação entre o individual e os grandes ideais universais. Os movimentos sociais, portanto, são parte constitutiva das tramas sociais e políticas modernas.

Trata-se de ações coletivas voltadas para defesa ou promoção do bem comum, publicização dos conflitos sociais, consolidação de identidades de diferentes sujeitos sociais e de melhoria de suas condições de vida.

Por isso a história da luta pela terra pode constituir novas experiências como práticas educativas para os envolvidos no espaço de socialização política. O dimensionamento da práxis, com base na elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, pode contribuir efetivamente para conscientização do camponês, como sujeito coletivo, e conseqüentemente para a criação de uma identidade social política, o que pode possibilitar o avanço da luta. E a história mostra que as lutas sociais, no campo, não se restringem à simples obtenção da sobrevivência; pelo contrário, referem-se à experiência do envolvimento nos confrontos que possibilita gerar um saber social a ser transmitido e estendido a outras esferas da vida social.

Os movimentos sociais, como tema central de uma reflexão sobre as mudanças sociais e políticas, representam um objeto que atravessa diversos campos de força e espaços simbólicos de significação e dão suporte à trama da vida social, bem como sobre os vários tipos de luta e de movimentos sociais. Assim, é possível afirmar que o

saber social processa-se na própria experiência de vida, sem lugares específicos para sua transmissão, isto é, vivem-se o ensinar e o aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não se possa dela prescindir.

### **3.Territórios e territorialização: produção da vida**

Os estudos realizados no percurso formativo tanto dos professores durante o curso de especialização quanto dos alunos do campo, foram compreender os conceitos de territórios, territorialização, no qual os/as jovens do campo moram e vivem sua cultura. Estas foram temáticas estudadas no primeiro curso, como também na segunda turma por compreender que Território, na perspectiva de Fernandes (2010) é um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade: o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, fronteiras, é um espaço de conflitualidades<sup>1</sup>.

Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. Logo, são as relações sociais que transformam o espaço em território e este naquelas (Fernandes, 2010). Os territórios são formados, sobretudo, no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. Essa premissa conceitual de território permite avançar, no sentido de problematizá-lo. O espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, uma vez que estas últimas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas.

Contradição, solidariedade e conflitos são vínculos indissociáveis. Até porque esse conjunto tripartídico conceitual refere-se a relações explicitadas que servem para compreender o território em sua multidimensionalidade. Visto desse modo, o território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos nas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que a criou. A sua existência, assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Ademais, o território é o espaço da liberdade e da dominação, de expropriação e resistência.

---

<sup>1</sup> Processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente- nos planos teórico e prático- a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento. FERNANDES,2008.

A discussão sobre território não se exaure apenas ao se pensar nele como espaço geográfico. É um espaço político que difere dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Para Fernandes (2010), os espaços políticos não possuem área, mas dimensões. É no espaço geográfico que estão os espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, a humanidade e a natureza. É por essa via que se transforma o espaço geográfico e se modifica a paisagem dos territórios, regiões e lugares. A produção do espaço se constitui a partir das relações sociais no movimento da vida, da natureza, em sua articulação com a produção do conhecimento.

O território, na proposição de Santos (2011, p. 248), constitui as ações passadas, cristalizadas e também presentes, materializadas nas ações: “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade”. São, nesse sentido, objetos, técnicas e cultura constituídos historicamente. Isso implica o sentido e o significado real que surgem das atividades realizadas por um conjunto de ações. Conclui-se daí que o espaço é eminentemente histórico e sua historicidade parte da constituição da materialidade territorial e das características das ações sociais.

Discutir o conceito de território é parte fundamental nesta pesquisa, o que requer refletir sobre territorialização dos movimentos sociais no Estado do Tocantins. O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Para Fernandes (2010), esses territórios constituem-se em novos espaços. É onde os trabalhadores rurais se recriam e onde reproduzem a luta pela terra, mediante a formação de um movimento camponês. Essa leitura da terra permite compreender que a forma de organização social e o território são partes indissociáveis da luta camponesa.

A territorialização é um processo permanente na história dos movimentos sociais. Isso porque a luta camponesa pela terra, a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promovem mudanças na estrutura fundiária. A divisão da terra aumenta significativamente o número de pessoas nesse território. Essa nova realidade altera as formas de organização do espaço e do trabalho e, por conseguinte, as relações sociais e políticas. O acesso à terra é condição essencial para o campesinato, para assegurar seu meio de existência, construir sua identidade e reproduzir seu trabalho familiar. Por esta razão os estudos dos conceitos abordados aqui fazem parte da formação de professores do campo no programa Saberes da Terra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Nos encontros de formação de professores, da primeira turma em 2010 as discussões em torno dos eixos temáticos indicaram a necessidade de organização de uma mesa-redonda que se intitulou Políticas e Ações em Educação do Campo. Com a presença de organizações sociais, movimentos sociais, Estado e Universidade, o debate acerca das políticas de educação do campo contemplou as dificuldades de implementação de políticas públicas de educação do campo no Estado.

Diante do descaso que, muitas vezes, é notado no que diz respeito à educação dos camponeses como negação de política social por parte do Estado, os movimentos e organizações sociais demonstram a importância que os sujeitos têm na construção de uma educação do campo.

O Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Alternativas para Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm participado dos processos de luta por uma educação de qualidade, voltada para formação de crianças, jovens e adultos. Por essa razão, eles têm desenvolvido ações para cobrar do Estado oferta e qualidade de educação do campo que tem como princípio norteador a defesa pela identidade, diversidade cultural camponesa, tema que muitas vezes aparece como apêndice dentro da própria Secretaria de Educação.

No Fórum de Educação do Campo do Estado, foi redigida uma carta em que se apresentou a intencionalidade educativa, política e formativa dos movimentos e organizações sociais.

Reunidos em Palmas, TO, no período de 13 a 20 de março de 2011, para cursar o III módulo do curso de especialização do Projovem Campo Saberes da Terra, da primeira turma, os seus participantes decidiram pela realização do Fórum Estadual de Educação do Campo – FEECT. Tem como característica articular sujeitos coletivos de sua composição, norteados pelo princípio da autonomia em relação ao Estado. O objetivo do FEECT é o exercício da análise crítica e ação política independente, sobre as políticas públicas de educação do campo, buscando desde a elaboração até a

consolidação destas no Estado do Tocantins, em articulação com o movimento nacional pela educação do campo.

A criação do Fórum fundamenta-se nos seguintes pontos: as desigualdades sociais e educacionais a que estão submetidas as populações do campo, o que é perceptível com base nos dados do IDEB de 2009 e outras pesquisas apresentadas no cenário brasileiro; a negação do direito à educação nas modalidades da educação infantil, fundamental, médio e superior às populações do campo; o formato da organização da educação do campo do Estado do Tocantins, que é o mesmo da cidade, desrespeitando a cultura camponesa; o aprofundamento da pedagogia dos tempos e espaços alternados de trabalho com a terra e aprendizagem escolar; o monitoramento do Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010, como política pública de educação do campo; como contraponto ao rural como negação histórica dos sujeitos que vivem do trabalho da/com a terra, a ressignificação a si mesmos dos movimentos sociais, em sua condição de sujeitos políticos, e a sua educação, negando o rural e assumindo o campo como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação. A partir disso, as ações políticas conferem a esse Fórum um espaço potencializador da construção da educação do campo deste Estado.

Outro resultado desse curso de especialização foi a prática de alternância apreendida como ação metodológica pelos educadores/as do campo. Com os processos educativos alternados, eles lançaram-se a um novo enfoque de práticas educativas até então desconhecido por eles. Tal procedimento deriva de saberes vivenciados nas experiências cotidianas, distribuídos entre tempo escola e tempo comunidade.

O percurso formativo proposto pelo programa Projovem Campo Saberes da Terra implica, dessa forma, um novo movimento formativo, em que a pesquisa e o trabalho em suas dimensões educativas são elementos de organização e desenvolvimento de estratégias pedagógicas. Primando pela diversidade das linguagens e práticas educativas, essas estratégias visam ao (des)encadeamento de múltiplas situações educativas em um itinerário pedagógico capaz de provocar os educandos – individual e coletivamente – à prática da pesquisa sobre os problemas do ambiente em que vivem, as relações sociais e produtivas em que se envolvem, a cultura em que estão inseridos, as estratégias organizativas das comunidades camponesas da região (investigação da realidade).

Apesar dessa estrutura metodológica ocorreram muitos problemas na implementação do percurso e dificuldades dos educadores e alunos para compreender a

metodologia. Visto que, a formação de ambos está marcada pelo modelo tradicional das disciplinas isoladas. Foi um grande desafio, por vezes vencido ou não.

Os temas propostos para elaboração das monografias/pesquisas ocorreram a partir da realidade vivenciada pelos professores nas comunidades onde ministravam aulas, especialmente na perspectiva dos territórios, da identidade, das políticas públicas, dos movimentos sociais e da experiência do programa, e/ou impactos na realidade da educação do campo do Estado.

Um dos grandes desafios e descaminhos do programa no Estado que visa contribuir com a organização e formação de uma educação voltada para a realidade camponesa é a forma como vai sendo gestada. Os professores, muitas vezes, não têm contato com o campo, ou não querem estar lá, são indicados pela política local para compor a função, dificultando o processo de formação. Na eleição de 2012 para vereador e prefeito muitos professores perderam seus cargos. Outros foram contratados para as dez turmas que estavam previstas para começar em 2012. Por esta razão, uma nova formação de professores teve início em dezembro de 2012. Assim sendo, os que passaram pelo processo de formação em alternância e concluíram o curso foram dispensados! Como uma dose de reflexão poderia se pensar na política coronelista da região.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. MEC/SECAD. **Cadernos pedagógicos *Saberes da Terra***. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. **Curso de especialização e aperfeiçoamento em educação do campo, agricultura familiar e envolvimento social no Tocantins**. Brasília, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. (Org.). **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília; MDA, 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, p. 109-130, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set.-dez. 2008.

UFT – Universidade Federal do Tocantins. Projeto de Formação de Professores/ Especialização, UFT. Palmas, TO, 2010.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

